



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D.O.E. nº 29.908

de 21/03/03, à pg. 13

do 1º caderno

RESOLUÇÃO Nº 6.956

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na forma do disposto no Art. 46 do Regimento Interno, e

CONSIDERANDO que a criação das Inspetorias Regionais deste Tribunal, autorizadas pela Resolução nº 595/86, objetivou descentralizar e dinamizar as atividades próprias desta Corte de Contas, particularmente quanto à orientação, esclarecimentos e fiscalização, das contas públicas municipais de sua competência;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 5.736, de 19 de novembro de 1998;

CONSIDERANDO o estabelecido na Resolução nº 5.829, de 25 de março de 1999;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor adequar a distribuição dos Municípios alocados nas respectivas Regionais;

CONSIDERANDO ser indispensável racionalizar os trabalhos desenvolvidos pelas Inspetorias de forma a permitir que os processos de prestações de contas entregues nos prazos da Lei sejam analisados com a celeridade possível sem prejudicar a qualidade da verificação;

CONSIDERANDO também ser necessário fortalecer as inspetorias existentes, permitindo-lhes possibilidades de aumento de produtividade, com razoável diminuição de custos operacionais;

CONSIDERANDO o objetivo da proposição apresentada pelo Conselheiro Presidente, em sessão desta data, e aprovada por votação unânime, nos termos da ata da sessão:

RESOLVE:

I – Extinguir as Inspetorias Regionais de Capanema, Paragominas e Conceição do Araguaia, criadas pela Resolução nº 595/86;



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

II – Atribuir a Inspetoria Regional de Castanhal às competências determinadas as Inspetorias extintas de Paragominas e Capanema, conforme item I da Resolução nº 5.936/98;

III – Atribuir a Inspetoria Regional de Marabá às competências determinadas a Inspetoria extinta de Conceição do Araguaia, conforme item I da Resolução nº 5.936/98;

IV – Incorporar às Regionais mantidas, os Bens Patrimoniais das Inspetorias extintas necessários ao reaparelhamento das mesmas;

V – Remanejar os Servidores lotados nas Inspetorias Regionais Extintas, de forma a adequar a necessidade de cada Inspetoria mantida;

VI – Restabelecer as áreas de jurisdição das Inspetorias Regionais de acordo com o anexo I desta Resolução.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
em 13 de março de 2003.


Conselheiro Aloisio Chaves
Presidente

Conselheiro  Haroldo Julião da Gama


Conselheiro Paulo Dourado

Conselheiro  Laudelino Pinto Soares


Conselheiro Alcides Alcantara

Conselheiro Ronaldo Passarinho


Conselheira Rosa Hage



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.956

ANEXO I:

1ª Região – BELÉM: Abaetetuba, Acará, Afuá, Anajás, Ananindeua, Bagre, Baião, Barcarena, Benevides, Breves, Bujaru, Cachoeira do Arari, Cametá, Concórdia do Pará, Chaves, Curralinho, Gurupá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajurú, Marituba, Melgaço, Mocajuba, Moju, Muaná, Oeiras do Pará, Pacajá, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, Santa Cruz do Arari, , São Sebastião da Boa Vista, Soure, Tailândia e Tomé – Açu.

2ª Região – CASTANHAL: Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Capitão Poço, Colares, Curuçá, Garrafão do Norte, Igarapé-Açu, Inhangapi, Ipixuna do Pará, Irituia, Magalhães Barata, Mãe do Rio, Maracanã, Marapanim, Nova Esperança do Piriá, Nova Timboteua, Ourém, Paragominas, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém-Novo, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São João de Pirabas, São Miguel do Guamá, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Para, Santo Antonio do Tauá, Terra Alta, Tracuateua, Ulianópolis, Vigia e Viséu.

3ª Região – Incorporada à 2ª Região.

4ª Região – Incorporada à 2ª Região.

5ª Região – ALTAMIRA : Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

6ª Região – SANTARÉM : Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Rurópolis, Terra Santa e Trairão.

8ª Região – Incorporada à 6ª Região.

9ª Região – MARABÁ : Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Bannach, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Cumaru do Norte, Conceição do Araguaia, Curionópolis, Dom Eliseu, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Ourilândia do Norte, Palestina do Pará, Parauapebas, Pau D'Arco, Piçarra, Redenção do Pará, Rondon do Pará, Rio Maria, Sapucaia, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, São Domingos do Araguaia, São Felix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Tucumã, Tucuruí e Xinguara.

10ª Região – Incorporada à 9ª Região.